

# COMIDA DE VERDADE NO CAMPO E NA CIDADE: POR DIREITOS E SOBERANIA ALIMENTAR



Alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional. Cada país tem o direito de definir de modo soberano suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, respeitadas as múltiplas características culturais dos povos. Estes conceitos são referência nos Conselhos de Segurança Alimentar.

Utilize este Boletim Rebidia como material de apoio para a construção da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), em 2015. Neste período, acontece a 15ª Conferência Nacional de Saúde. Estes dois assuntos estão fortemente relacionados.

Participe das atividades programadas em sua cidade. As melhorias que queremos no país começam com pequenos gestos e com a colaboração no que está ao alcance das pessoas. Somos todos responsáveis pelo país que sonhamos. A oportunidade é agora.



**REBIDIA**  
REDE BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO  
E DOCUMENTAÇÃO SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA





# QUEM DECIDE A ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO?

Ao comprar a comida do dia a dia, é inevitável fazer a relação dos produtos com o preço. A diversidade de cereais, frutas, verduras e legumes permite trocar o alimento mais caro por um mais barato, e comer de maneira nutritiva. Um exemplo disso é a troca de batata por mandioca. Feijão por lentilha. Alface por repolho. Esta pode não ser a mesma regra para produtos industrializados ou processados. Arroz branco é mais barato, mas não possui os nutrientes do arroz integral. O macarrão instantâneo possui mais gordura e sódio do que o macarrão tradicional.

As grandes empresas de compra e venda de alimentos ampliam, a cada ano, o poder de decidir que alimentos as pessoas vão produzir, vender e consumir. E isso tem impacto sobre a soberania alimentar.

Os avanços tecnológicos e a concentração das terras nas mãos de grandes produtores faz com que as máquinas, fertilizantes e agrotóxicos sejam cada vez mais utilizados. Dessa forma os alimentos podem ser cultivados em larga escala, com maior rendimento. Conseqüentemente, a produção fica restrita a poucos gêneros alimentícios, que serão comercializados nas grandes redes atacadistas ou supermercados, limitando as escolhas dos consumidores.

Para o consumidor, o poder de compra é influenciado pela desigualdade social, e a liberdade de escolha da população, dependente da educação para o consumo alimentar. Discutir a soberania tem a ver com a alimentação que queremos em nossa vida e na vida de nossos filhos.

A relação entre alimentação e saúde recebeu enfoque atualizado com a publicação da segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, no final de 2014. Nele, estão contemplados os dez passos para uma alimentação adequada e saudável, com orientações claras e simples. O conteúdo resgata

o valor da alimentação caseira, feita na hora e com grande variedade de alimentos *in natura* como legumes, verduras e frutas da estação, cultivados localmente. E procura alertar para os malefícios dos produtos ultraprocessados.

Onde deveria estar o poder de decisão, a soberania da escolha? O poder precisa estar nas pessoas que consomem os alimentos e que possuem a capacidade de influenciar os outros, os governos, os produtores de alimentos e os supermercados na oferta de comida mais saudável. Esta é uma das conclusões de um artigo publicado na revista *Lancet* em fevereiro de 2015. O texto chama a atenção para o aumento da obesidade e oferta de alimentos não saudáveis. O governo pode contribuir para alterar este quadro por meio de estratégias de controle de mercado, aumento de impostos de alimentos não saudáveis, ampliação do conhecimento dos consumidores sobre os rótulos de alimentos, investimento em infraestrutura de produção e incentivos para a produção de alimentos mais saudáveis para adultos e crianças, promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas.

Ao exigir alimentos mais saudáveis, as pessoas têm poder de influenciar os produtores de alimentos a reformular os produtos para atender às exigências destes consumidores. Com isso, o acesso a alimentos de qualidade não fica restrito somente a determinados grupos de pessoas.

As etapas da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que acontecem em 2015, são oportunidades de mudança nas escolhas alimentares dos brasileiros. O lema escolhido “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar” é um convite para o debate a partir das necessidades sentidas pelas pessoas. O resultado esperado é a construção de novos rumos para a segurança alimentar e para a saúde no país.



# REFLETIR, AVALIAR, AVANÇAR

A conferência serve para conferir, e deve ter um método que ajude a cumprir este objetivo. Para tanto, é preciso coletar informações sobre a realidade, entender os fatos e elaborar soluções para as principais questões relacionadas com as necessidades sentidas pelas pessoas. A 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional aconteceu em Salvador (BA), de 7 a 10 de novembro de 2011. O objetivo da conferência era “construir compromissos

para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável, previsto no artigo 6º da Constituição Federal, e promover a soberania alimentar por meio da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nas esferas de governo com a participação da sociedade”. A carta política da 4ª Conferência destacou a trajetória de luta da sociedade brasileira e reafirmou os seguintes princípios fundamentais:

.....:

- A alimentação adequada e saudável, reconhecida como direito humano fundamental e universal de todos e todas, como obrigação do Estado;
- A soberania e a segurança alimentar e nutricional como eixo estratégico do desenvolvimento socioeconômico do país, baseado na erradicação da fome, da miséria e das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais e de gênero;
- A participação da sociedade civil, garantidas as condições para sua efetiva realização, compreendida como o alicerce para o diálogo social, para a formulação, a execução, o monitoramento e o aperfeiçoamento continuado das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional;
- O fortalecimento do papel regulador do Estado, que deve colocar a proteção do direito à alimentação e da soberania alimentar acima dos interesses de mercado que violam estes princípios;
- A intersetorialidade na concepção e na gestão das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, potencializando o alcance e a efetividade dessas políticas e permitindo que se faça mais e melhor neste campo;

O respeito e a garantia dos princípios de etno-desenvolvimento como eixo orientador das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, universais ou específicas, para

povos indígenas, população negra, povos e comunidades tradicionais, mediante políticas afirmativas de combate ao racismo e às diversas formas de discriminação.

## QUESTÕES PARA O DEBATE:

1. Que iniciativas concretas relacionadas com o direito à alimentação aconteceram no seu município desde a última conferência sobre segurança alimentar e nutricional?
2. Como está a participação da sociedade nas ações de segurança alimentar e nutricional?
3. Que propostas são prioridade para alcançar os objetivos da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional?



# O ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL NOS PRIMEIROS ANOS DE VIDA

A saúde da criança brasileira melhorou muito nas últimas décadas: os desafios de organizações como a Pastoral da Criança, hoje são diferentes dos que eram na época da sua fundação, em 1983. Há menos mortes, desnutrição e infecções, e o sistema de saúde agora é para todos. Nos últimos 20 anos o Brasil reduziu em 77% a mortalidade de crianças menores de 5 anos, um dos maiores percentuais de queda do mundo.

Entretanto, apesar do progresso, algumas situações ainda precisam ser resolvidas. Nos últimos 30 anos o Brasil reduziu a desigualdade social, mesmo assim, é um dos 12 países mais desiguais do mundo. E os pobres, em especial as crianças, são os que mais sofrem as consequências de um país desigual.

Isso mostra que ainda precisamos evoluir muito em alguns aspectos. Um deles é concentrar os esforços para dar atenção especial à fase mais vulnerável do ser humano: o início da vida.

Os cuidados nos primeiros 1.000 dias da criança, que inclui o período da gestação até os dois anos de idade, podem influenciar a nossa saúde durante a vida!

As pesquisas demonstraram que pessoas nascidas com baixo peso tinham maior risco de desenvolver doenças crônicas na vida adulta, como doenças do coração, hipertensão

arterial, diabetes, obesidade, doenças renais, osteoporose entre outras doenças. O baixo peso ao nascer pode ter como uma de suas principais causas a má nutrição durante a gestação, a falta de um pré-natal de boa qualidade e as doenças maternas.

Outro aspecto que preocupa é o aumento da obesidade nos últimos anos, em toda a população. Hoje, sabe-se que uma a cada três crianças de 5 a 9 anos está acima do peso.

A partir deste contexto, a Pastoral da Criança desenvolveu um projeto de acompanhamento nutricional para a prevenção precoce da obesidade infantil e a desnutrição. A ação conta com um programa digital que faz a avaliação do estado nutricional por meio do Índice de Massa Corporal (IMC), considerando o peso, a altura e a idade das crianças. O resultado da avaliação é entregue para os pais ou responsáveis por meio de uma cartela que contém orientações sobre alimentação saudável, incentivo à prática de atividade física e busca de atendimento no serviço de saúde, quando necessário.

Os exemplos acompanhados pela Pastoral da Criança nos inspiram para saber que nem sempre é possível preparar um futuro para as crianças, mas sempre é possível preparar as crianças para o futuro. Porque em cada adulto vive a criança que ele já foi, e em cada criança cresce o adulto que ela será.

.....:

Nutricionistas colaboradoras nesta edição:  
Paula Pizzato, Marcia Moscatelli e Caroline Dalabona.

Apoio:



Expediente:

Rebidia – Rede Brasileira de Informação e Documentação sobre Infância e Adolescência  
Coordenação geral: Irmã Vera Lúcia Altoé, coordenadora nacional da Pastoral da Criança • Nelson Arns Neumann – coordenador adjunto da Pastoral da Criança • Elaboração: Clóvis Bouffeur – Gestor de Relações Institucionais da Pastoral da Criança e representante titular da CNBB no Conselho Nacional da Saúde • Jornalista responsável: Thaís Mocelin • Diagramação: Danilo Oliveira de Araujo • Versão Eletrônica.